

Juventudes, coletivos e participação social no processo de descolonização

Bruno Alexandre Chaves¹
Joseneide Souza Pessoa²
Lillian Moreira de Carvalho³

Resumo

Este estudo objetiva contribuir com as pesquisas acerca da descolonização. Para tanto, discute sobre juventudes, participação e protagonismo juvenil de coletivos da juventude do estado da Paraíba (Brasil). A metodologia adotada foi a de projetos, a partir da qual realizou-se um levantamento documental e bibliográfico. Com relação a geração dos dados, considera-se o contexto de realização de eventos com a população do projeto e a aplicação de questionário com coletivos participantes, no caso, do projeto de extensão realizado em 2019. Os resultados foram relacionados à capilaridade dos coletivos como espaços de mediação de protagonismo juvenil, nesse caso, de contribuições relevantes na discussão sobre a esfera pública, a participação social e o protagonismo; e como tendo aspectos/temáticas que são fundamentais para discutir sobre as questões das juventudes enquanto categoria social, que em contrapartida ativa a reivindicação contra os processos de colonialismo contemporâneo em torno de uma ação de descolonização, pela via do protagonismo juvenil.

Palavras chaves: Juventudes. Participação. Protagonismo juvenil. Coletivos da juventude.

1. Introdução

Este estudo volta-se à participação social de coletivos que representam a categoria juventudes do estado da Paraíba (Brasil), objetivando refletir acerca das contribuições de um projeto de extensão, vinculado Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, da Universidade Federal da Paraíba, em torno do trabalho com a temática. A metodologia foi a de projetos, como proposta de educação cidadã, na perspectiva de aproximação com a pedagogia do oprimido, nos dizeres de Freire (1996). Para tanto, foi realizado: levantamento documental e bibliográfico, dinâmicas de grupos, exposições, realizações de oficinas e eventos. Já para a geração dos dados foi aplicado um questionário com coletivos que participaram da extensão “Protagonismo Juvenil: uma aventura cidadã IV”, concebido e realizado em 2019, que conta com sua IV versão.

A seguir, este texto contempla discussões sobre juventudes, coletivos, participação social, protagonismo juvenil e descolonização; em seguida, apresenta a metodologia adotada para o desenvolvimento deste estudo, bem como os resultados obtidos; e, por fim, expõe as considerações finais.

¹ Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: brunoalexandrejp@uol.com.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal Paraíba. E-mail: jspessoa@gmail.com

³ Mestranda Gestão Pública e Cooperação Internacional pela Universidade Federal Paraíba. E-mail: lillianmoreira.rp@gmail.com

2. Juventudes, coletivos e participação social: protagonismo juvenil

A perspectiva de necessidade de existência da categoria social juventude é algo muito recente na história do Brasil, tendo em vista que se passou a considerar alguns aspectos legais apenas com o estatuto da Criança e do Adolescente, (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990), mais recentemente, com o Estatuto da Juventude (2013), que busca garantir os direitos de jovens de 15 a 29 anos ao inaugurar formalmente o termo juventude. Nesse sentido, pode-se considerar “juventudes” a multiplicidade de questões que envolvem os jovens.

As juventudes passam a ser simultaneamente uma representação sociocultural e uma situação social. Ou seja, os jovens se identificam enquanto tal e reivindicam uma série de comportamentos e atitudes que atribuem a si mesmos e os representam em sociedade enquanto ser jovem; quanto à situação social, trata-se de vivências comuns e variadas que os determinam enquanto representação social. Vejamos:

O que o fato de pertencer à mesma classe e o de pertencer à mesma geração ou grupo etário têm em comum é que ambos proporcionam aos indivíduos participantes uma situação comum no processo histórico e social e, portanto, os restringe a uma gama específica de experiência potencial, predispondo-os a um certo modo característico de pensamento e experiência e a um tipo característico de ação historicamente relevante (MANNHEIM, 1982, p. 72).

O conceito de juventude(s) tem uma dupla interpretação, pois ao tempo que é uma condição social, é também um processo de crescimento que tem relação direta com um conjunto de experiências que o sujeito viverá durante essa fase da vida. As experiências começam com as transformações do corpo, as referências sociais e culturais que vão se definindo nessa etapa, refletindo que:

[...] uma sequência temporal não implica necessariamente uma evolução linear, na qual ocorra uma complexidade crescente, com a substituição das fases primitivas pelas fases mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (DAYRELL, 2003, p. 42).

Existem pelo menos dois modelos sociológicos, sobre juventude, que se destacam como recorrentes na sociedade. O primeiro, é o modelo funcionalista, que:

[...] assentava-se no paradigma da integração social e em categorias explicativas como função e disfunção social. Neste, as rebeldias juvenis eram (e são) tidas como «disfunções», sendo a rebeldia mais característica a « delinquência» (sic). O segundo, o modelo da moratória social, assentava-se em paradigmas reformistas e desenvolvimentistas de transformação social, com forte tendência de considerar as rebeldias juvenis como um impulso à transformação social e tomando como rebeldia mais marcante o «radicalismo» (GROPPO, 2010, p. 13).

Gropo (2010) ressalta a juventude como uma categoria heterogênea, característica essa que contribui para a superação dos modelos evolucionista e funcionalista, sendo que a juventude:

Colabora muito ao desfeticizar modelos explicativos clássicos cuja visão homogênea e homogeneizadora da condição juvenil limitava sua capacidade analítica. Se isto era verdade na «modernidade», torna-se ainda mais marcante na contemporaneidade, em que um capitalismo baseado na acumulação flexível multiplica a fragmentação da vida social, dificultando o uso tranquilo (sic) de modelos explicativos rígidos em demasia e que não permitam um olhar atento às especificidades de cada evento juvenil (GROPPO, 2010, p. 22).

O autor alerta ainda para a necessidade de observar-se a forma de “dominação, disciplinarização e homogeneização artificial e forçada” que a estrutura etária moderna realiza (GROPPO, 2010).

Em busca de respostas, ou por fazer novas perguntas à sociedade, a juventude brasileira tem procurado se organizar por meio de coletivos que os representem.

Os coletivos são constituídos por organizações coletivas (formais e informais), e provocam novos arranjos sociais de participação, reivindicação e mobilização social. Esses coletivos aderem ao que Grosfoguel (2008) defende: a existência de pensamentos de fronteira como um dos mecanismos de enfrentamento, resposta crítica e reafirmação de novas formas de participação e resistência social, sendo respostas epistêmicas dos subalternos ao projeto eurocêntrico da modernidade, ou seja:

Ao invés de rejeitarem a modernidade para se recolherem num absolutismo fundamentalista, as epistemologias de fronteira subsumem/redefinem a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial, rumo a uma luta de libertação descolonial em prol de um mundo capaz de superar a modernidade eurocentrada [...] não é um fundamentalismo antimoderno. É uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica (GROSFOGUEL, 2008, p. 138).

A relação dos coletivos de juventudes com os processos de descolonialidade é evidenciada a partir das lutas que envolvem esses coletivos, que são afetos a reivindicar liberdade do corpo, da sexualidade, do gênero, da participação política, do direito social, dentre outras pautas. O termo “decolonial” surge em 2009 mediante a contribuição de Catherine Walsh, discutindo a modernidade como um campo de disputa.

Mignolo (2008) afirma que a descolonialidade é uma forma de pensar a partir de uma exterioridade, como também é uma posição epistêmica subalterna frente à hegemonia

epistêmica eurocêntrica.

Quijano (2000) considera quatro elementos que se faz presente para desvelamento dos processos de colonialismo presente ainda na contemporaneidade:

1) la colonialidad del poder, esto es la idea de “raza” como fundamento del patrón universal de clasificación social básica y de dominación social; 2) el capitalismo, como patrón universal de explotación social; 3) el estado como forma central universal de control de la autoridad colectiva y el moderno estado-nación como su variante hegemónica; 4) el eurocentrismo como forma hegemónica de control de la subjetividad/ intersubjetividad, en particular en el modo de producir conocimiento (QUIJANO, 2000, p. 1).

Tais aspectos afetam diretamente a todos, principalmente aos jovens, por isso a relevância dos coletivos insurgirem como espaços de reflexão, crítica e de reação ao colonialismo contemporâneo, embutido na lógica da globalização massificadora e homogênea.

Outro ponto de reflexão é proposto por Baumann (2013), que considera que a depravação é a estratégia mais inteligente para a privação, de modo que a sociedade, de forma geral, está mais direcionada a negar aos jovens as oportunidades sociais, do que concebê-las. No entendimento do autor mencionado anteriormente, as fantasias, as ilusões, as máscaras, que o mundo abre aos jovens, e que eles têm todas as certezas, são líquidas. O que se oferece são padrões de depravação, no sentido próprio da palavra, com a negligência sobre os direitos deles na sociedade.

A formação de coletivos da juventude é, portanto, uma forma de dar voz e vez àqueles que seriam os subalternos na lógica colonialista, rompendo com o silêncio e introduzindo possibilidades de uma fala, uma crítica, sobre as violências da colonização em relação à juventude ou aos pensamentos reproduzidos por uma determinada ideia de juventude que acaba sendo muito distante da realidade de vida dos grupos que a representam.

Os coletivos são organizações que têm por objetivo a mudança de certas instituições. Por instituições, compreende-se “[...] as regras do jogo em uma sociedade [...]” (NORTH, 2018, p. 13); ou seja, são normas de conduta, que podem ser formais ou informais. Assim, se as instituições são as regras do jogo que condicionam a ação dos atores sociais, podemos entender os coletivos como organizações, como equipes, que estão a jogar o jogo nos mais variados campos. As juventudes, nesse sentido, seriam os jogadores desse jogo, atores que compõem os coletivos de juventude.

Cada vez mais se fala do protagonismo juvenil como uma ação qualificadora de participação das juventudes (GROPPO, 2010). Nesses termos, pode-se considerar que os

coletivos seriam resultado dessa ação protagonista, que se coloca para pensar a realidade, como sujeitos políticos.

O protagonismo juvenil tem se tornado um instrumento importante para estimular a participação dos jovens em causas de seu campo de atuação, isso a partir de seu espírito pedagógico, observando que os projetos sociais de reivindicações dos jovens são múltiplos. Não existe uma ideia única do que significa ser jovem e quais as suas pautas, pois os jovens estão diluídos em movimentos mais amplos de classe e de vida social.

Os coletivos de juventude têm redesenhado a participação política das juventudes, como afirma Carrano (2006, p. 04): “com outras lógicas e sensibilidades, múltiplas formas e conteúdo de ações coletivas”. Podemos citar a presença das juventudes de periferias em ações políticas, que é uma grande novidade da participação juvenil. Os movimentos culturais (movimento *hip hop*, *funk*, o *punk*, o *rap*, o *break* e o grafite, como também o estilo religioso *gospel*) têm proporcionado aos jovens a possibilidade de se expressar ativamente no espaço público, superando a exclusão historicamente feita a população das periferias das cidades.

Muitas dessas participações não têm vínculos institucionais e burocráticos, dificultando a visualização de órgãos do Estado. Por sua vez, autoridades políticas governamentais ainda estão distantes das demandas juvenis; assim, muitos são vistos como problema, como é o caso da violência juvenil.

De todo modo, participar de coletivos juvenis representa, geralmente, experiências que vão além do aprendizado formal/escolar, o que contribui para a formação cidadã e construção de outros saberes. Dessa forma, é importante ponderar-se que o aprendizado não-escolar é importante para desvelamento da realidade social e do posicionamento político tão quanto uma retórica inspirada em diálogo e pensamento construtivista. Assim, quando os “oprimidos” de uma cultura colonialista conseguem, a partir de um processo dialógico com a realidade social, se colocar como protagonista:

Os caminhos da liberação são os do oprimido que se libera: ele não é coisa que se resgata, é sujeito que se deve autoconfigurar responsabilmente. A educação liberadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática de dominação. A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica (FREIRE, 1987, p. 6).

A partir dessa historicidade, muitos das ideias contidas neste estudo vão encontrar à perspectiva de que os sujeitos estão em permanente processo de formação e socialização, e as juventudes são, justamente, as mais abertas a uma nova construção, com formação de ideias

em prol do reconhecimento dos direitos e deveres como cidadãos, no cultivo do respeito e do reconhecimento das diferenças.

3. Procedimentos metodológicos

Este estudo é parte de um projeto de extensão que prima pela interação entre ensino, pesquisa e intervenção social, o qual, em 2019, realizou um conjunto de atividades, teóricas e práticas, voltadas à juventude paraibana.

Na versão IV do Projeto, buscou-se uma abordagem em torno dos coletivos da juventude da Paraíba (PB). A metodologia aplicada foi a de projetos, com intuito de conhecer os coletivos existentes, identificar as suas pautas e suas formas de atuar, e seus resultados de protagonismos alcançados.

Realizou-se pesquisa de campo para identificar a quantidade dos coletivos existentes em João Pessoa/PB e em outros municípios, como também se ofertou oficinas para que, de maneira dialógica, fosse possível reconhecer e articular os coletivos que estavam dispostos a participar da extensão; e, por fim, um encontro em forma de seminário, que se traduziu como ponto de convergência da experiência vivenciada. A extensão teve várias atuações, mas, para fins deste estudo, focou-se nas atividades que foram sensíveis ao tema principal de atuação em 2019.

A seguir, na exposição dos resultados, revela-se, de forma sintética, as ações do projeto como parte dos resultados, bem como, a análise dos dados.

4. Resultados e análises

A investigação inicial buscou coletar informações sobre o quantitativo de coletivos existentes na Paraíba a partir do banco de dados da Secretaria Executiva de Juventude do referido estado. A partir desse banco de dados, decidiu-se realizar filtros, separando-os por categoria de atuação dos coletivos; para além disso, utilizou-se levantamento da internet (redes sociais, blogues, site de buscas) sobre a identificação do quantitativo, natureza e atividades dos coletivos enumerados pelo banco.

Dentre 80 coletivos identificados, dividiu-se em 24 categorias, conforme os objetivos de atuação desses, sendo as principais categorias: secundaristas e universitários, com 18 grupos/coletivos registrados; comunidades urbanas, rurais, indígenas e quilombolas, com 18 grupos; esportistas, com 12 grupos; religiosos, com 5 grupos/coletivos; gênero, com 03 grupos/coletivos, e ONGs, com 07 coletivos dessa categoria, tendo os demais grupos focos bem diferenciados. Ressalta-se que na estrutura organizacional de muitos coletivos existem

ainda as subdivisões por recortes de atuação, como, por exemplo, nos coletivos de comunidades existem atuações relacionadas à questão de gênero, raça, religião, política e outros, cada um com suas particularidades.

Após esse tratamento inicial, buscou-se convidar os coletivos, para que pudessem conhecer o projeto e formar parcerias coletivas. O processo de realização dos contatos durou mais de dois meses, via trabalho intenso e de retorno muito difícil, pois, naquele momento, a única forma de contato era por meio das redes sociais, telefone e *e-mail*. Devido aos grandes cortes no orçamento das universidades, não houve mais a disponibilidade do uso dos carros institucionais para realizar visitas *in loco*, e muitos desses coletivos não tinham um ambiente formal.

Para isso, foram redefinidas diversas estratégias de aproximação junto aos coletivos, tais como: criação de uma página no *Instagram*; grupo de *Whatsapp*; reativação da página do *Facebook*; participação de eventos de segmentos de jovens, como também a continuidade de envios de *e-mails* e ligações telefônicas. Dentre os contatos que foram positivos, conseguimos que 08 coletivos participassem mais ativamente das atividades junto à extensão. Realizou-se com eles encontros e oficinas discutindo as experiências de atuação, mecanismos democráticos de participação política e diversas formas de intervenção na esfera pública da juventude. Em relação ao número de participantes nos encontros, registrou-se um total de 45 jovens, representando 08 coletivos que atuam em comunidades nas cidades de João Pessoa, Bayeux e Guarabira (PB). Entre os coletivos, teve-se: grêmios estudantis das cidades de João Pessoa e Itaporanga; coletivos universitários de atuação nacional e local; coletivo de gênero; coletivo da área rural.

O 1º Encontro de Representantes de Coletivos /Organizações/Movimentos da Juventude da Paraíba foi realizado no dia 04 de julho de 2019, no auditório azul do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA/UFPB), com tema “Juventude e Esfera Pública”. Teve como objetivo debater o papel do jovem como ator político e sua participação na esfera pública. Pensando nisso, a partir do eixo temático, buscou-se, criar uma atmosfera participativa para que os jovens possam integrar as discussões políticas fundamentais que atingem a todos participantes, o qual compreendemos ser de fundamental relevância para cidadania dos jovens, para o despertar sobre os problemas públicos que geram demandas para a gestão pública e por fim, por acreditar no potencial humano.

Seguem algumas falas:

“Momento de conhecimento e de troca de ideias maravilhosa e partilha. O ambiente confortável, o diálogo durante o evento foi de grande importância e fortalecimento do protagonismo juvenil.” (Formulário 1)

“O encontro foi muito pertinente, tendo em vista a desmobilização dos jovens, em relação à participação nos espaços públicos.” (Formulário 2)

“Muito bom, maravilhoso reencontrar com vocês e perceber dos participantes a motivação para mudar os retrocessos que sofrem. Que continuemos unidos e possamos construir e fortalecer esse espaço. Gratidão!” (Formulário 3).

No dia 01 de agosto de 2019, no auditório azul do Centro de Ciências Sociais Aplicáveis (CCSA) da UFPB, foi realizado o 2º Encontro de Representantes de Coletivos/Organizações/Movimentos da Juventude da Paraíba. Nessa reunião, foi trabalhada a temática: Participação na Esfera Pública. Mais do que nunca, os jovens precisam encenar uma nova cena, ou, como diria Demo (2003), reconstruir, diante dos objetos da vida e da ciência que estão em permanente reconstrução, novos projetos de protagonismo em suas vidas. O jovem contextualizado é diferente do jovem com a cabeça cheia de informações. Uma das características do protagonismo juvenil é a capacidade de contextualizar em diferentes campos de atuação. Discute-se, nesse caso, as diversas formas de participação que a constituição de 1988 garante à população e aos coletivos sociais. A seguir, são apresentadas algumas falas destacadas no encontro, a partir da pesquisa dos que não se identificaram (anônimo):

“Ótimo, entender o canal de comunicação da esfera pública.” (Formulário 1)
“A discussão foi muito boa, além de ver pontos inusitados e ter opiniões diversas.” (Formulário 2)

Assim, concluíram-se os encontros no dia 12 de setembro de 2019 - 3º Encontro de Representantes de Coletivos /Organizações/Movimentos da Juventude da Paraíba, realizado no auditório azul do CCSA/UFPB, com a temática: Protagonizando e Transformando na Esfera Pública. Destacam-se algumas falas no processo avaliativo do encontro, a partir da pesquisa dos que não se identificaram (anônimo):

“Ótimo - metodologia; material didático utilizado; facilitadora; diálogo” (Formulário 1)
“Ótimo – metodologia aplicada, textos e discussões motivadores, diálogo respeitoso e complementar, Lanche muito bom.” (Formulário 2)

Assim, entende-se o protagonismo como uma práxis fundamentada entre um pensar e um agir conscientes de suas responsabilidades para si mesmo, para com os outros e para a sociedade mais geral. Nesse sentido, entende-se que o jovem é capaz de atuar a partir de suas próprias ideias, mediante o seu conjunto de habilidades e competências.

Durante essa oficina, foram realizadas dinâmicas de construção coletivas de elementos que os participantes consideram essenciais no protagonismo juvenil. Por meio da dinâmica de tempestade de ideias (técnica para explorar as habilidades, potencialidades e criatividade de uma pessoa), foram realizadas duas dinâmicas:

Responda à pergunta, com uma frase: “Experiências protagonizando para transformar?”, as expressões utilizadas pelos participantes foram: “Trabalhar com a dimensão política com os alunos”; “Formação política libertária”; “Organização em núcleos marxistas e leninistas”; “Contribuição em ONGs. Gestão de equipes”; “Envolvimento nas mediações de conflitos”; “Ocupações de espaços dentro e fora da UFPB”; “Construir”; “Gestão pública”; “Participação nas políticas públicas”; “Liderando a empresa júnior; membro do CA”.

A segunda atividade foi o preenchimento de uma grande imagem de árvore, por meio de palavras sobre o protagonismo juvenil, estes foram os elementos: “Equidade”, “Participação”, “Ação Consciente”, “Autonomia”, “Coesão”, “Visibilidade”, “Protagonismo e Agitador”, “Construir sua própria história”, “Comunidade”, “Empoderamento”, “Política” e “Ação Revolucionária”.

Nessa dinâmica, foi possível concluir que os participantes consideraram o protagonismo juvenil como prática política e social, um instrumento de reconhecimento do ambiente que o jovem está inserido e suas diversidades, provocando uma inquietude nos aspectos negativos e provocativos que o seu território desperta.

Quanto aos dados coletados, a partir da aplicação um formulário de pesquisa, realizou-se um levantamento de dados relacionados às atividades dos coletivos, referente à estrutura interna. Constatou-se que 90% dos coletivos possuíam estatuto ou regimento interno; 80% dos coletivos tinham em média de 3 a 12 entidades da sociedade civil e uma média 02 órgãos públicos como parceiros. Quanto à articulação dos coletivos com a Secretaria Executiva de Juventude da Paraíba, 60% deles informaram que não existia ou era razoável a sua relação com a secretaria, e 40% consideraram como ótima ou boa. No tocante ao financiamento das ações dos coletivos, apenas 30% possuíam orçamento para as atividades, constatando também que esse mesmo fator foi considerado pela maioria como um dos principais problemas e ameaças à existência dos coletivos e de suas pautas.

Outra iniciativa do Projeto, foi a execução do “III Seminário Protagonismo Juvenil promovido na UFPB, que teve como pauta: Expressões, Organizações e Movimentos da juventude”, e como objetivo, inverter o modelo de seminário que os estudiosos, acadêmicos e instituições tomam a posição de fala. No seminário, os coletivos assumiram a posição de fala, expondo suas dificuldades, experiências e resultados, construindo saberes que sustentam as

suas ações. No evento, contou-se com a presença dos seguintes representantes: Levante Popular; Correnteza; SPM-NE; Fórum de Mulheres em Luta UFPB; Teatro do Oprimido; Empresa Júnior de Gestão Pública. E ainda com a presença institucional da Secretaria Executiva de Juventude do Estado da Paraíba, Polícia Militar da Paraíba e FUNDAC (Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida”). O evento foi aberto ao público em geral, teve participações de jovens, universitários e do ensino médio, em especial, do Município de Bayeux (PB), provocados por outra parceria junto ao SPM-NE (Serviço Pastoral De Migrantes Do Nordeste).

As questões norteadoras do debate desse evento foram:

- a O que é movimento de juventude?
- b Quais são as lutas/pautas do movimento ao qual você representa?
- c Quais são os resultados e expectativas do movimento/coletivo?
- d Como o coletivo ao qual representa se posiciona frente ao contexto atual e organização da categoria juventude?
- e Quais instrumentos de mediação do seu coletivo em relação à sociedade, as políticas e gestão públicas?

O evento foi produtivo em muitos aspectos, dentre eles, para que os coletivos pudessem socializar suas práticas e subsidiar a dimensão política do protagonismo juvenil, como meio de organizar demandas, incluir pautas e inserir a voz e vez dos sujeitos que representam as políticas voltadas para os jovens, os próprios jovens.

Observa-se, desse modo, que as pautas de uma educação descolonizadora partem, também, de atividades acadêmicas organizadas em prol de uma ação mais efetiva na sociedade; sendo assim, os caminhos que as extensões abrem contribuem para trazer à tona temas relevantes, como nesse caso, que o protagonismo dos coletivos privilegiou uma construção dialógica entre a Universidade e a sociedade com vistas em um saber construído, motivador da experiência humana, ultrapassando

Uma cultura tecida com a trama da dominação, por mais generosos que sejam os propósitos de seus educadores, é barreira cerrada às possibilidades educacionais dos que se situam nas subculturas dos proletários e marginais. Ao contrário, uma nova pedagogia enraizada na vida dessas subculturas, a partir delas e com elas, será um contínuo retomar reflexivo de seus próprios caminhos de liberação; não será simples reflexo, senão reflexiva criação e recriação, um ir adiante nesses caminhos: “método”, “prática de liberdade”, que, por ser tal, está intrinsecamente incapacitado para o exercício da dominação. (FREIRE, 1987, p. 6).

Foi a partir de uma proposta freriana de fazer projetos que se comunicou os objetivos da extensão, evidenciando a capacidade que as extensões universitárias têm quando se aproximam dos problemas que ordenam os processos colonizadores que ainda estão arraigados na sociedade brasileira, buscando romper, desvelar e refletir para ações mais orientadas à cidadania, aos reconhecimentos social e “transgressor”, no bom sentido do termo, de forma a participar na criação do novo reconstruído.

5. Considerações finais

As análises dos dados demonstram que há uma grande fragilidade no atendimento às demandas da juventude em torno das políticas públicas, e que o poder público se volta à juventude com propostas desconectadas com as demandas postas por eles (jovens).

Os coletivos pesquisados têm uma estrutura forma ainda frágil, pois a questão de manutenção financeira os torna dependentes das parcerias, dos recursos governamentais, o que dificulta uma atuação permanente. Os coletivos dependem muito fortemente da coesão da representação do coletivo e de sua criatividade para sustentarem a organização de seus trabalhos, e do apoio da base que os representam.

O seminário oportunizou um momento de conexão entre os coletivos e alguns representantes governamentais que atuam no campo das políticas da juventude, bem como, com os jovens que estiveram presentes, alguns pela primeira vez.

As atividades objetivaram criar espaços de discussão e participação social na academia, de forma que o protagonismo dos jovens se revelou como uma das pautas importantes para a desconstrução dos processos colonialistas em vigor, imputados por uma lógica de homogeneidade, massificadora de educação formal.

As ações dos coletivos, por sua vez, representam se colocar com vistas a diminuir as desigualdades e investir na participação cidadã; assim, ao ativar essas forças, coloca-se contrário ao pensamento massificador, consumista e negligente da sociedade atual, a qual vê os jovens como um produto, um meio, e não como seres humanos com vontades e demandas próprias. Pensando assim, entende-se que a Universidade deve cumprir também esse papel, por já ser um lugar de formação humana, de modo que aprimore o seu duplo interesse: pelas pessoas e pelas instituições (CHANLAT, 1992). Nesse caso, a Universidade deve aproximar-se dos jovens, legitimando a atuação deles na sociedade.

Os coletivos representam, por sua vez, novos formatos que se estruturam na esfera pública, e, portanto, precisam ser reconhecidos, legitimados na base e nas instâncias da sociedade civil e do Estado. Eles, por si, são mediadores de reivindicações diversas que

colocam em xeque muitas das ideias neo-colonizadoras, imputando aos jovens um protagonismo que deve se deslocar para a quebra dos argumentos e laços culturais que reforçam tais mecanismos de reprodução do *status quo*, edificando ações que levem em conta o descolonialismo cultural, ainda emergente na sociedade brasileira.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. Sobre educação e juventude. Rio de Janeiro: Zahar, 2013
- CARRANO, P. *Juventude e participação no Brasil: interdições e possibilidades*. Democracia Viva, n.30, p. 3-5, 2006.
- CHANLAT, J-F. *A caminho de uma nova ética das relações nas organizações*. Revista de Administração de Empresas, v. 32, n. 3, p. 68-73, jul./set. 1992.
- DAYRELL, Juarez. *O jovem como sujeito social*. 2003. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 17 edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GONCALVES, Hebe Signorini. Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade. *Tempo soc.* 2005, v.17, n.2, p.207-219, 2005.
- GROPPO, Luís Antônio. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. *Última décad.* [online]. v.18, n.33, p.11-26, 2010.
- GROSGOUEL, Ramón (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 80, março, pp. 115-147.
- MANNHEIM, Karl. “O problema sociológico das gerações”. In: FORACCHI, Marialice M. (org.). *Karl Mannheim: Sociologia*. Tradução de Cláudio Marcondes, São Paulo, Ática: 1982, p. 67-95.
- NOGUEIRA, Marco A. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2005.
- NORTH, Douglass C. *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*. São Paulo: Editora Três Estrelas. 2018. p. 13
- PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, globalización y democracia. Sociedad y Política, Ediciones*. Lima, Perú, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Jóvenes, colectivos y participación social en el proceso de descolonización

Resumen

Este estudio tiene como objetivo proporcionar una contribución sobre la descolonización a partir de una discusión sobre la juventud, la participación juvenil y el protagonismo de los grupos juveniles en Paraíba. La metodología fue la de proyectos, se realizó un levantamiento documental y bibliográfico, se realizaron eventos con la población del proyecto y se aplicó un cuestionario con los colectivos participantes, del proyecto de extensión realizado en 2019. Los resultados se relacionaron con la capilaridad de los colectivos como espacios de mediación del protagonismo juvenil, como aportes relevantes en la discusión sobre la esfera pública, la participación y el protagonismo social, como aspectos / temas fundamentales para discutir la juventud, como categoría social, que a su vez activa la reivindicación frente a los procesos del colonialismo contemporáneo en torno a una acción de descolonización, a través del protagonismo juvenil.

Palabras claves: Jóvenes. Participación. Protagonismo juvenil. Colectivos juveniles.

Jeunesse, collectifs et participation sociale dans le processus de décolonisation

Résumé

Cette étude vise à contribuer à la recherche sur la décolonisation. À cette fin, il traite de la jeunesse, de la participation et du protagonisme des collectifs de jeunes dans l'État de Paraíba (Brésil). La méthodologie adoptée a été celle des projets, à partir desquels une enquête documentaire et bibliographique a été réalisée. En ce qui concerne la génération de données, il est considéré le contexte de la tenue d'événements avec la population du projet et l'application d'un questionnaire avec les collectifs participants, dans ce cas, du projet d'extension réalisé en 2019. Les résultats ont été liés à la capillarité des collectifs en tant qu'espaces de médiation du protagonisme des jeunes, dans ce cas, des contributions pertinentes dans la discussion sur la sphère publique, la participation sociale et le protagonisme ; et comme ayant des aspects/thèmes qui sont fondamentaux pour discuter des questions de la jeunesse comme une catégorie sociale, qui en retour active la revendication contre les processus du colonialisme contemporain autour d'une action de décolonisation, par le biais du protagonisme des jeunes.

Mots clés: Jeunesse. Participation. Le protagonisme des jeunes. Collectifs de jeunes

Youth, collectives and social participation in the decolonization process

Abstract

This study aims to provide a contribution on decolonization from a discussion on youth, youth participation and protagonism of youth groups in Paraíba. The methodology was that of projects, carried out a documentary and bibliographic survey, held events with the project population and applied a questionnaire with participating collectives, of the extension project carried out in 2019. The results were related to the capillarity of collectives as spaces for mediation of youth protagonism, as relevant contributions in the discussion about the public sphere, social participation and protagonism, as aspects/themes that are fundamental to discuss youth, as a social category, which in turn activates the claim against the processes of contemporary colonialism around an action of decolonization, through youth protagonism.

Keywords: Youths. Participation. Juvenile Protagonism. Youth collectives